

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.350.419 - MS
(2018/0214963-5)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : FRANCISCO GELSON ELIAS DA SILVA
ADVOGADO : GEBERSON HELPIS DA SILVA - MS014391
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

FRANCISCO GELSON ELIAS DA SILVA agrava da decisão que não admitiu o seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul** (Apelação Criminal n. 0300466-63.2009.8.12.0011).

Consta dos autos que o ora agravante foi condenado à pena de 5 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais multa, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Nas razões do recurso especial, a defesa aponta violação dos arts. 155, 156 e 386, VII, do Código de Processo Penal e afirma, em síntese, não haver provas suficientes para concluir pela condenação, motivo pelo qual requer o provimento do recurso, para que o réu seja absolvido.

O recurso especial foi inadmitido durante o juízo prévio de admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, o que ensejou a interposição deste agravo.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do agravo.

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão agravada, motivo pelo qual passo à análise do recurso especial.

O Tribunal de origem, ao manter a condenação do réu pela prática do crime de tráfico de drogas, assim fundamentou, no que interessa (fls. 306-307):

[...] o conjunto probatório carreado aos autos não demonstra dúvidas quanto à real dinâmica dos fatos, revelando de forma segura que o acusado incorreu na conduta descrita na denúncia, especialmente pelo depoimento extrajudicial do informante Francisco Elias da Silva, o qual foi corroborado pelos policiais na fase judicial.

Importante ressaltar que o testemunho do policial possui grande relevância probatória, e goza de presunção juris tantum de veracidade, portanto, suas declarações devem ser tomadas como críveis até que prova suficiente venha afastar aquilo que foi dito.

No presente caso não há motivos para que os policiais ouvidos faltassem com a verdade, sendo certo que os seus depoimentos quando harmônicos com os demais elementos probatórios são aptos para sustentar o decreto condenatório, conforme jurisprudência:

[...]

Logo, evidenciada a autoria delitiva e a tipificação da conduta do réu, ao que prevê o artigo 33, "caput", da Lei 11.343/2006, a manutenção da condenação é providência que se impõe.

Pelos trechos anteriormente transcritos e, sobretudo, pela leitura atenta do acórdão impugnado, verifico que a Corte estadual, após toda a análise do conjunto fático-probatório amealhado aos autos, concluiu pela existência de **elementos concretos e coesos** a ensejar a condenação do acusado pelo crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006).

Por essas razões, mostra-se inviável a sua absolvição, sobretudo em se considerando que, no processo penal, vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente, exatamente como verificado nos autos.

Assim, para entender-se pela absolvição do recorrente, seria necessário o **revolvimento de todo o conjunto fático-probatório produzido nos autos**, providência, conforme cediço, vedada em recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Da mesma forma, considero que não assiste razão à defesa no ponto em que alega que a condenação foi lastreada exclusivamente nos

elementos informativos obtidos ao longo da investigação policial.

Quanto ao sistema de valoração das provas, faço lembrar que vigora, no processo penal brasileiro, o princípio do livre convencimento motivado, em que é dado ao julgador decidir pela condenação do agente, desde que o faça fundamentadamente.

Nesse contexto, o legislador ordinário, buscando dar maior efetividade às garantias constitucionais previstas para os acusados em processo penal, estabeleceu, expressamente, a vedação à condenação baseada exclusivamente em provas produzidas no inquérito policial, consoante o disposto no art. 155, *caput*, do Código de Processo Penal, com a nova redação dada pela Lei n. 11.690/2008, *in verbis*:

Art. 155. O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Isso significa que não se admite, no ordenamento jurídico pátrio, a prolação de um decreto condenatório fundamentado exclusivamente em elementos informativos colhidos durante o inquérito policial, no qual inexistente o devido processo legal (com seus consectários do contraditório e da ampla defesa), sendo certo que o juiz pode deles se utilizar para reforçar seu convencimento, desde que corroborados por provas produzidas durante a instrução processual ou desde que essas provas sejam repetidas em juízo.

No caso, verifico que o Tribunal de origem confrontou elementos obtidos na fase extrajudicial com as demais provas colhidas **judicialmente** (tais como os depoimentos prestados pelos policiais Antonio Marcos da Silva e Clayton Coimbra da Cruz em juízo – fl. 306), submetidas, portanto, ao crivo do **contraditório**. Assim, uma vez que a Corte estadual, ao concluir pela autoria do agravante em relação ao cometimento do delito em questão, sopesou os elementos colhidos extrajudicialmente com as demais provas e depoimentos obtidos em **juízo**, não identifico a apontada violação dos arts. 155 e 156 do CPP.

Aliás, consoante já decidiu este Superior Tribunal, "não se admite a nulidade do édito condenatório sob alegação de estar fundado

exclusivamente em prova inquisitorial, quando baseado também em outros elementos de provas levados ao crivo do contraditório e da ampla defesa" (HC n. 155.226/SP, Rel. Ministro **Og Fernandes**, 6ª T., DJe 1º/8/2012).

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do Código de Processo Civil, c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, e no art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **conheço do agravo e nego provimento ao recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator